

Tupanciretã **Rio Grande do Sul - RS**

Histórico

A zona onde atualmente se ergue o município de Tupanciretã parece ter sido povoado inicialmente pelos índios charruas e minuanos. Fundadas as Missões, em fins do século XVII, uma fazenda jesuítica foi construída no planalto de Coxilha Grande, onde nascem os cursos de água de Caneleira, Buracos e Ijuizinho. Pertencia à Redução de São João, e possuía uma capela, currais e arvoredos frutíferos. Batidos os estrangeiros na luta pela posse das Missões, depois de 1801 os índios venderam os rincões da fazenda, consumindo seus gado, e retirando-se a seguir. Após alguns anos, ficou baldio esse campo, com apenas o velho rancho que servia de pouso aos raríssimos viajantes provindos de São Martinho. Em 21 de outubro de 1843 foram aquelas terras incorporadas à Fazenda Nacional em virtude de lei.

Surge então o Dr. Hemetério José Veloso da Silveira, para advogar a causa de Alexandre Jacinto da Silva e João Nunes da Silva, que, ocupando a região da antiga fazenda, consideravam-se legítimos proprietários dela, tendo ganho de causa. Assim, temos os dois primeiros ocupantes efetivos de Tupanciretã em Alexandre Jacinto da Silva e João Nunes da Silva. Em 1857 dissolve-se a sociedade entre eles, ficando a estância novamente abandonada, vendida depois aos pedaços pelos herdeiros de João Nunes. Já então a denominação do local era Tupanciretã (Tupã = Deus; SY = mãe; Retã = terra) que significava terra da mãe de Deus, invocação da virgem feita pelos Jesuítas no idioma bárbaro dos índios.

Consta que por volta de 1835 foram morar na região Albino J. Silveira e Ana Silveira, sendo um de seus filhos, Antônio José Silveira, mais tarde o fundador da povoação. Diversas famílias para lá se trasladavam, trabalhando e fazendo progredir aquelas plagas.

Em 1865 muitos se retiraram dali para ir combater no Exército Imperial, a tirania de Solano Lopez.

A 28 de dezembro de 1894, Antônio José da Silveira mandou efetuar medição de suas propriedades, o que foi feito por Antônio Edler. A intenção do proprietário era amparar a quantos saídos da luta fratricida, procurassem um recanto onde ganhar a própria subsistência. Deram terras de Tupanciretã, sem ônus algum, a quem quisesse edificar, entregando-se ao Conselho Municipal de Vila Rica. Em março de 1895 estava traçada a área do futuro povoado.

Antônio José da Silveira, em 19 de setembro de 1897, doava à Igreja Católica Apostólica Romana a Praça de Frei Galvão, a fim de ser ali erigida uma igreja consagrada à Mãe de Deus. A 29 do mesmo mês, com as soledades de estilo, era lançada a pedra fundamental do templo.

Entre os primeiros habitantes, figuram Felipe Amâncio Licht, João Krebs, José Carlos de Moraes, Prudêncio Silveira, Serafim Silveira, Luiz Gonzaga de Azevedo, Augusto Scharleand, Eugênio Veríssimo e muitos outros.

A 17 de agosto de 1903 surgia o primeiro órgão de imprensa: “O Tupanceretan”, dirigido por Vaz Ferreira. A população atingia então 800 pessoas.

A 20 de fevereiro de 1908, instalava-se a charqueada, um estabelecimento exemplar. Em 1913 era fundado, após uma assembléia popular, o primeiro colégio; em 1919, instalava-se a primeira agência bancária; em 1927, era criada a paróquia de Madre de Deus de Tupanciretã; em 1923, criava-se uma coletoria no povoado. Assim ia se desenvolvendo Tupanciretã, na primeira quadra do século. Em 1927, inicia-se a campanha pela emancipação. Era de fato, lamentável sua situação jurídica: a rua principal era divisa de dois municípios; sua arrecadação, investida nas duas sedes, nunca no povoado. Em 1928 a população atingia 3953 habitantes; a receita arrecadada chegava a 100.000.000, a qual ia para Cruz Alta e Júlio de Castilhos. A 21 de dezembro de 1928, sendo Presidente do Estado o Dr. Getúlio Dornelles Vargas, era assinado o decreto que criava o município de Tupanciretã. Foi constituído com o 2º, 3º e 7º distritos de Júlio de Castilhos, o 2º de Cruz Alta e parte do 8º de Santo Ângelo – com um total de 8000 habitantes.

Pelo decreto nº 4201 foi nomeado intendente provisório o coronel Estácio do Nascimento e Silva. A instalação deu-se no clube comercial, a 3 de janeiro de 1929. A 6 de fevereiro de 1929 realizavam-se as primeiras eleições.

Em 1932, ocorrendo o movimento revolucionário, constitucionalista partido de São Paulo, contra o Governo Provisório da República, formou-se em Tupanciretã uma coluna de 800 homens, sob o comando do coronel Marcial Terra, apoiando o movimento insurgente, ocorrendo pouco mais tarde e pacificação. Daí por diante a região não foi mais palco de sucessos militares e pode dedicar-se à construção de um dos rincões mais progressistas e acolhedores do Estado.

Gentílico: tupanciretanense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Tupanciretã, por ato municipal nº 27, de 04-10-1901 e criado também por atos municipais nº 9, de 09-12-1913, e 1, de 03-01-1929, subordinado ao município de Júlio de Castilhos.

Elevado à categoria de município com a denominação de Tupanciretã, por decreto estadual nº 4200, de 21-12-1928, desmembrado dos municípios de Júlio de Castilhos, Cruz Alta e Santo Ângelo. Sede no antigo distrito de Tupanciretã. Constituído de 5 distritos: Tupanciretã, Boqueirão da Palma, Colônia Toropi, Colônia Vinte e um de Abril e Jari, todos desmembrados do município de Júlio de Castilhos o distrito de Jarí do município de Santo Ângelo. Instalado em 03-01-1929.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Tupanciretã, Boqueirão da Palma, Colônia Toropi, Colônia Vinte e Um de Abril e Jari.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 5 distritos: Tupanciretã, Jari, São Bernardo, Toropi (ex-Colônia Toropi) e Vinte e Um de Abril. Menos o distrito de Boqueirão da Palma.

Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o distrito de Vinte e Um de Abril passou a denominar-se Inconfidência. Sob o mesmo decreto foram extintos os distritos de Jarí e São Bernardo, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Tupanciretã.

Pelo decreto estadual nº 7842, de 30-06-1939, confirmado pelo decreto-lei federal nº 1307, de 31-5-1939, é recriado o distrito de Jarí e anexado ao município de Tupanciretã.

No quadro fixado par vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Tupanciretã, Inconfidência (ex-Vinte e Um de Abril), Jari e Toropi.

Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de Inconfidência passou a denominar-se Jóia.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 4 distritos: Tupanciretã, Jari, Jóia (ex-Inconfidência) e Toropi.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 4 distritos: Tupanciretã, Jari, Jóia e Toropi.

Assim permanecendo em divisão territorial datada 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 5031, de 19-09-1961, transfere o distrito de Toropi do município de Tupanciretã para São Pedro do Sul.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 3 distritos: Tupanciretã, Jari e Jóia.

Pela lei estadual nº 7656, de 12-05-1982, desmembra de Tupanciretã o distrito de Jóia. Elevado à categoria de município.

Pela lei municipal nº 764, de 24-05-1983, é criado o distrito de Espinilho Grande (ex-localidade) e anexado ao município de Tupanciretã.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Tupanciretã, Espinilho Grande e Jari.

Pela lei estadual nº 16635, de 28-12-1995, desmembrado de Tupanciretã o distrito de Jari. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 2 distritos: Tupanciretã e Espinilho Grande.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.